



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 1

## ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

### LEI "R" Nº 32, de 9 de abril de 2010

Autoriza o Executivo municipal a efetuar a transferência de valores à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo (APAE).

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a transferência de valores à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo (APAE).

**Art. 2º** – Fica o Município de Toledo autorizado a transferir à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo (APAE), nos exercícios de 2010 a 2012, a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por ano, em dez parcelas mensais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada, em cada ano.

§ 1º – Os repasses de que trata o **caput** deste artigo efetuar-se-ão a título de auxílio para o custeio de despesas com transporte dos alunos atendidos pela entidade nele referida.

§ 2º – A não aplicação das importâncias de que trata a presente Lei na finalidade prevista no parágrafo anterior, implicará a obrigatoriedade de restituição dos valores, devidamente corrigidos, pela entidade aos cofres públicos municipais.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### LEI "R" Nº 33, de 9 de abril de 2010

Autoriza o Município de Toledo a efetuar investimentos em patrimônio pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei autoriza o Município de Toledo a efetuar investimentos em patrimônio pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

**Art. 2º** – Fica o Município de Toledo autorizado a efetuar investimentos em área da faixa de domínio da Rodovia BR-467 (Toledo-Quatro Pontes), no trecho compreendido entre as estacas 366 e 348, com eixo no Km 60 + 810 m, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

Parágrafo único – Os investimentos de que trata o **caput** deste artigo compreendem a pavimentação dos acessos às instalações da vinícola municipal e da fábrica de rações implantadas nos lotes rurais nºs 40.B e 40.A, integrantes da Linha Marreco do 8º Perímetro da Fazenda Britânia, neste Município, conforme projeto aprovado pelo DER/PR.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### LEI "R" Nº 34, de 9 de abril de 2010

Procede à desafetação e autoriza a doação de imóvel de propriedade do Município de Toledo ao Estado do Paraná.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** – Esta Lei procede à desafetação e autoriza a doação de imóvel de propriedade do Município de Toledo ao Estado do Paraná.

**Art. 2º** – Fica desafetado de bem de uso especial para bem de uso dominical o lote urbano nº 100 da quadra nº 10, com área de 1.250,00 m<sup>2</sup> (um mil duzentos e cinquenta metros quadrados), situado no Loteamento Britânia, em Toledo, Paraná, possuindo as seguintes confrontações:

I – ao Norte, com a Rua Willy Wey, na extensão de 25,00 m;

II – a Leste, com o lote urbano nº 250, na extensão de 50,00 m;

III – ao Sul, com a Rua Fioravante Cielo, na extensão de 25,00 m;

IV – a Oeste, com a Rua Eugênio Gustavo Keller, na extensão de 50,00 m.

**Art. 3º** – Fica, também, o Município de Toledo autorizado a proceder à doação do imóvel de que trata o artigo anterior ao Estado do Paraná.

§ 1º – Caberá ao donatário, em contrapartida à doação de que trata o **caput** deste artigo, implantar no imóvel referido no artigo anterior, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Lei, as instalações para o funcionamento da Casa de Semiliberdade.

§ 2º – Descumprido o disposto no parágrafo anterior, o imóvel de que trata a presente Lei retrocederá ao patrimônio do Município, sem qualquer indenização, inclusive por benfeitorias nele edificadas pelo donatário.



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 2

**Art. 4º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### **LEI “R” Nº 35**, de 9 de abril de 2010

Concede incentivo aos contribuintes do IPTU que pavimentarem o passeio público nos respectivos imóveis, no Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei concede incentivo aos contribuintes do IPTU que pavimentarem o passeio público nos respectivos imóveis, no Município de Toledo.

**Art. 2º** – Fica concedido aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que executarem, de acordo com as normas e os padrões determinados pelo Município, a pavimentação do passeio público no imóvel sobre o qual incide aquele tributo desconto no valor do imposto por eles devido no exercício seguinte ao da execução da melhoria, em caso de seu pagamento à vista.

§ 1º – O valor do desconto a que se refere o **caput** deste artigo será de até R\$ 100,00 (cem reais) por imóvel em que o passeio foi pavimentado.

§ 2º – Caso o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) devido pelos contribuintes de que trata o **caput** deste artigo seja inferior ao do incentivo mencionado no parágrafo anterior, o limite do desconto será o valor do imposto devido.

**Art. 3º** – O desconto previsto nesta Lei será concedido até o valor limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no exercício financeiro de 2011, contemplando-se os contribuintes que, na ordem cronológica, atenderem os requisitos para fazer jus ao benefício.

Parágrafo único – Atingido o montante previsto no **caput** deste artigo, os contribuintes eventualmente não beneficiados com o desconto no exercício de 2011 não terão direito a ele no exercício seguinte, relativamente ao mesmo imóvel.

**Art. 4º** – Para ter direito ao incentivo de que trata a presente Lei, o proprietário deverá manifestar, mediante requerimento protocolizado no Setor de Protocolo do Município até o dia 30 de junho de 2010, a sua intenção de pavimentar o passeio público em seu imóvel e executá-lo até o dia 30 de setembro de 2010.

**Art. 5º** – O disposto nesta Lei não se aplica:

I – aos proprietários de imóveis que requererem alvará de licença para construção ou “habite-se” a partir da data da publicação desta Lei;  
II – aos proprietários de imóveis que possuam débito de qualquer natureza com o Município.

**Art. 6º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### **LEI “R” Nº 36**, de 9 de abril de 2010

Procede à afetação de áreas pertencentes ao patrimônio do Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei procede à afetação de áreas pertencentes ao patrimônio do Município de Toledo, provenientes dos Loteamentos “Residencial Don Ernesto”, “Angico” e “Dipagrill”, implantados nesta cidade.

**Art. 2º** – Ficam afetadas as seguintes áreas pertencentes ao patrimônio do Município de Toledo:

**I – como bens de uso comum do povo**, em conformidade com o inciso II do § 1º do artigo 8º, combinado com o inciso I do artigo 18 da Lei nº 1.945/2006:

a) 4.966,93 m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e sessenta e seis metros e noventa e três decímetros quadrados), das vias públicas do Loteamento “Residencial Don Ernesto”;

b) 5.201,10 m<sup>2</sup> (cinco mil, duzentos e um metros e dez decímetros quadrados), das vias públicas do Loteamento “Angico”;

c) 12.469,94 m<sup>2</sup> (doze mil, quatrocentos e sessenta e nove metros e noventa e quatro decímetros quadrados), das vias públicas do Loteamento “Dipagrill”.

**II – como bens de uso especial**, em conformidade com o inciso I do § 1º do artigo 8º, combinado com o inciso I do artigo 18 da Lei nº 1.945/2006:

a) lote urbano nº 35 da quadra nº 27 do Loteamento “Residencial Don Ernesto”, com área de 759,06 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e nove metros e seis decímetros quadrados);

b) lote urbano nº 389 da quadra nº 28 do Loteamento “Residencial Don Ernesto”, com área de 5.240,94 m<sup>2</sup> (cinco mil, duzentos e quarenta metros e noventa e quatro decímetros quadrados);

c) lote urbano nº 205 da quadra nº 8 do Loteamento “Angico”, com área de 1.943,00 m<sup>2</sup> (um mil, novecentos e quarenta e três metros quadrados);

d) lote urbano nº 402 da quadra nº 11 do Loteamento “Angico”, com área de 1.562,69 m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e sessenta e dois metros e sessenta e nove decímetros quadrados), como área de preservação, em conformidade com o disposto no § 4º do artigo 8º da Lei nº 1.945/2006;

e) lote urbano nº 507 da quadra nº 92 do Loteamento “Dipagrill”, com área de 3.719,10 m<sup>2</sup> (três mil, setecentos e dezenove metros e dez decímetros quadrados);

f) lote urbano nº 621 da quadra nº 128 do Loteamento “Dipagrill”, com área de 910,00 m<sup>2</sup> (novecentos e dez metros quadrados).

**III – como bens de uso especial**, para utilização em programas de habitação popular e de interesse social, em conformidade com o inciso VII do **caput** do artigo 8º da Lei nº 1.945/2006:

a) lote urbano nº 366 da quadra nº 27 do Loteamento “Residencial Don Ernesto”, com área de 364,84 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e quatro metros e oitenta e quatro decímetros quadrados);



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 3

b) lote urbano nº 378 da quadra nº 27 do Loteamento "Residencial Don Ernesto", com área de 350,15 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros e quinze decímetros quadrados);

c) lote urbano nº 389 da quadra nº 27 do Loteamento "Residencial Don Ernesto", com área de 350,15 m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros e quinze decímetros quadrados);

d) lote urbano nº 268 da quadra nº 11 do Loteamento "Angico", com área de 321,57 m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e um metros e cinquenta e sete decímetros quadrados);

e) lote urbano nº 281 da quadra nº 11 do Loteamento "Angico", com área de 360,03 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros e três decímetros quadrados);

f) lote urbano nº 401 da quadra nº 129 do Loteamento "Dipagrill", com área de 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);

g) lote urbano nº 416 da quadra nº 129 do Loteamento "Dipagrill", com área de 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);

h) lote urbano nº 431 da quadra nº 129 do Loteamento "Dipagrill", com área de 375,00 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);

i) lote urbano nº 607 da quadra nº 128 do Loteamento "Dipagrill", com área de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados).

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### **LEI Nº 2.026**, de 9 de abril de 2010

Dispõe sobre a reestruturação do Sistema Municipal de Ensino de Toledo e do Conselho Municipal de Educação de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

## **TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

### **CAPÍTULO I – DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO**

**Art. 1º** – Esta Lei dispõe sobre a reestruturação do Sistema Municipal de Ensino de Toledo e do Conselho Municipal de Educação de Toledo, instituídos e organizados originariamente pela Lei Municipal nº 1.857, de 18 de dezembro de 2002, observados os princípios e normas da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município de Toledo e da legislação federal sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

### **CAPÍTULO II – DA EDUCAÇÃO**

**Art. 2º** – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas.

§ 1º – Esta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º – A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

## **TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**Art. 3º** – A educação escolar no município fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso, permanência e sucesso na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V – gratuidade do ensino público em instituições oficiais;

VI – gestão democrática do ensino, na forma desta Lei;

VII – valorização dos profissionais da educação;

VIII – valorização da experiência extra-escolar;

IX – promoção da interação entre escola, comunidade e movimentos sociais;

X – promoção da justiça social, da igualdade e da solidariedade;

XI – respeito à liberdade, aos valores e capacidades individuais, estímulo e propagação dos valores coletivos e comunitários e defesa do patrimônio público;

XII – valorização das culturas local e regional;

XIII – vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social, valorizando o ambiente sócio-econômico-cultural;

XIV – garantia do padrão de qualidade.

**Art. 4º** – A educação escolar, inspirada nos princípios da democracia, liberdade e igualdade, nos ideais de solidariedade humana, de bem-estar social e de respeito à natureza, tem por fins:

I – o pleno desenvolvimento do ser humano e seu aperfeiçoamento;

II – a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e ter consciência de seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo-lhes os valores éticos e o aprendizado da participação;

III – o preparo para o exercício da cidadania, a compreensão e o exercício do trabalho, mediante o acesso à cultura, ao conhecimento humanístico, científico, tecnológico e artístico e ao desporto;

IV – a produção e difusão do saber e do conhecimento;

V – a valorização e a promoção da vida;



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 4

VI – a preparação do cidadão para a efetiva participação política;

VII – a qualificação ou requalificação profissional do cidadão.

### TÍTULO III – DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

**Art. 5º** – A educação, direito fundamental de todos, é dever da família e do Estado, com a colaboração da sociedade, cabendo ao Poder Público:

I – assegurar a todos o direito à educação escolar em igualdade de condições de acesso e permanência pela oferta de ensino público e gratuito no ensino fundamental;

II – promover e estimular, com a colaboração da família e da sociedade, a educação extra-escolar nos diversos processos educativos disponíveis.

**Art. 6º** – O dever do Município com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – atendimento gratuito em escolas ou centros de educação infantil para as crianças, nas etapas de creche e pré-escola, de zero a três anos, e de quatro e cinco anos de idade, respectivamente;

II – universalização da oferta de ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

III – atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente nos estabelecimentos regulares de ensino;

IV – oferta de ensino regular noturno, adequado às condições peculiares do educando;

V – oferta de educação de jovens e adultos, assegurando ao aluno trabalhador as condições de acesso e de permanência na escola;

VI – padrão de qualidade, envolvendo os insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e de recursos humanos docentes, técnicos e administrativos qualificados;

VII – atendimento por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde, com vistas ao desenvolvimento integral do educando;

VIII – ampliação progressiva do período de permanência na escola;

IX – liberdade de organização estudantil e associativa;

X – vaga em pré-escola de Centro Municipal de Educação Infantil ou em Escola Municipal de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência, a toda criança, a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, observadas as normas legais de matrícula.

Parágrafo único – A ampliação progressiva do período de permanência do aluno na escola, prevista no inciso VIII deste artigo, dará prioridade às escolas situadas nas áreas mais carentes, asseguradas condições pedagógicas suficientes e observadas as metas definidas no plano plurianual e no plano municipal de educação.

**Art. 7º** – Para dar cumprimento ao que dispõe o artigo precedente, o Poder Público municipal, em cooperação com o Estado, promoverá o levantamento das

crianças em idade escolar e dos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental em idade própria, organizando o plano geral de matrícula e a suficiente oferta de vagas para seu atendimento.

**Art. 8º** – O acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associações comunitárias, organizações sindicais, entidades de classe ou outras legalmente constituídas, e o Ministério Público, exigí-lo do Poder Público, na forma da lei.

**Art. 9º** – É dever dos pais, conviventes ou não com seus filhos, ou dos responsáveis pelos menores, na forma da lei, efetuar a matrícula no ensino fundamental e acompanhar sua frequência às atividades escolares e seu rendimento escolar.

**Art. 10** – O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do Sistema Municipal de Ensino em relação ao respectivo nível de ensino de atuação;

II – autorização de funcionamento e avaliação da qualidade pelo Poder Público;

III – capacidade de autofinanciamento.

Parágrafo único – As normas complementares do Sistema Municipal de Ensino serão expedidas pelo Conselho Municipal de Educação.

### TÍTULO IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

#### CAPÍTULO I – DA JURISDIÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

**Art. 11** – Fica organizado o Sistema Municipal de Ensino de Toledo, formado pelo conjunto de instituições de ensino, de órgãos educacionais, administrativos, normativos e de apoio técnico, que interagem entre si com unidade e coerência, obedecendo à legislação federal, estadual e a Lei Orgânica do Município de Toledo, pertinentes, visando ao desenvolvimento do processo educativo do Município.

**Art. 12** – O Sistema Municipal de Ensino de Toledo compreende:

I – a Secretaria Municipal da Educação – SMED/Toledo;

II – o Conselho Municipal de Educação – CME/Toledo;

III – o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério – CACS/FUNDEB;

IV – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE;

V – as instituições de educação infantil e de ensino fundamental e de atendimento a jovens e adultos mantidas pelo Poder Público municipal;

VI – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

VII – as instituições escolares que vierem a ser criadas e mantidas pelo Município, atendida a legislação



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 5

específica.

**Art. 13** – As instituições de ensino integrantes ou vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino classificam-se em:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público municipal;

II – de direito privado com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, assim entendidas as criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

**Art. 14** – Ficam vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Toledo as instituições educacionais de direito privado de ensino, localizadas no Município, assim definidas na legislação específica e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

**Art. 15** – Compete ao Sistema Municipal de Ensino de Toledo, por intermédio dos órgãos e entidades públicas e das instituições de ensino que o compõem ou que a ele estejam vinculadas, elaborar, executar, manter e desenvolver as ações administrativas, as políticas e os planos educacionais do Município, integrando, em regime de colaboração, suas ações com as do Estado e da União e coordenando os planos e programas de âmbito municipal, a fim de garantir educação de qualidade em todos os seus níveis e modalidades.

**Art. 16** – Compete ao Município de Toledo:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições públicas do Sistema Municipal de Ensino;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, considerando os seus projetos pedagógicos;

III – baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino, por seu Conselho Municipal de Educação;

IV – autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar os estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;

V – atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e oferecer a Educação Infantil, em creches e pré-escolas, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI – elaborar o plano municipal de educação;

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, na forma da lei.

Parágrafo único – O Município de Toledo poderá, por lei específica, optar pela reintegração ao Sistema Estadual de Ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica, ouvidos os órgãos que integram o Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 17** – O Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, será elaborado, avaliado e readequado periodicamente, em conformidade com os princípios

emanados do Fórum Municipal de Educação e com os planos nacional e estadual de educação.

§ 1º – O Plano Municipal de Educação e suas readequações serão submetidos ao Parecer do Conselho Municipal de Educação, antes de serem enviados pelo Executivo à Câmara de Vereadores.

§ 2º – Para alterar o Plano Municipal de Educação, deverá ser ouvido previamente o Fórum Municipal de Educação.

§ 3º – O período de elaboração, a data de entrada em vigência e o tempo de vigência do Plano Municipal de Educação, o período e os mecanismos de sua avaliação pela comunidade escolar, deverão ser definidos por regulamentação própria.

### CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

**Art. 18** – Compete aos estabelecimentos de ensino do Município de Toledo, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino:

I – cumprir a legislação pertinente;

II – elaborar e cumprir seu regimento escolar;

III – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

IV – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

V – assegurar o cumprimento dos dias letivos, das horas e do trabalho escolar estabelecidos;

VI – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente ou especialista;

VII – prover meios para proporcionar a cada aluno o crescimento pessoal no processo de aprendizagem;

VIII – articular-se com a família e a comunidade, propiciando processos de integração da sociedade com a escola;

IX – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e o rendimento dos educandos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

X – constituir os conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes e divulgar a aplicação e a prestação de contas dos recursos e serviços;

XI – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público, a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

**Art. 19** – Serão assegurados aos estabelecimentos de ensino, mantidos pelo Poder Público municipal, progressivos graus de autonomia de gestão didático-pedagógica, administrativa e financeira, conforme seu regimento escolar, em conformidade com a legislação e o direito financeiro público.

Parágrafo único – As escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua em todas as áreas que lhes sejam pertinentes, dentro de normas fixadas pelo Sistema Municipal de Ensino, objetivando aperfeiçoar as condições de ensino.



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 6

### CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

**Art. 20** – A administração superior do Sistema Municipal de Ensino será exercida:

- I – pela Secretaria Municipal da Educação – SMED/ Toledo, como órgão executivo, administrativo e deliberativo;
- II – pelo Conselho Municipal de Educação – CME/ Toledo, como órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador.

**Art. 21** – O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério – CACS/FUNDEB, criado por lei municipal, com atribuição controladora, fiscalizadora e de supervisão nos temas relacionados a receitas e despesas com o ensino fundamental, rege-se por organização própria, devendo ajustar-se a esta Lei, no que couber.

**Art. 22** – O Conselho de Alimentação do Escolar – CAE, criado por lei municipal, exerce função organizativa, fiscalizadora e consultiva no âmbito das políticas de assistência e educação alimentar e de gerenciamento da merenda escolar, regendo-se por organização própria, devendo ajustar-se a esta Lei, no que couber.

### CAPÍTULO V – DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

**Art. 23** – Compete à Secretaria Municipal da Educação:

- I – exercer a coordenação das atividades dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino;
- II – sugerir os princípios e propor as diretrizes para a formulação da política municipal na área de educação, ouvida a comunidade escolar;
- III – oferecer e universalizar o ensino fundamental, impulsionando seu desenvolvimento no setor público, universalizando gradativamente a oferta da educação infantil;
- IV – estimular a preservação e o aprofundamento das manifestações locais da cultura do Município e promover a sua difusão;
- V – manter intercâmbio com outras entidades e firmar instrumentos de cooperação cultural, técnica e financeira;
- VI – promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes:
  - a) ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
  - b) aperfeiçoamento profissional continuado;
  - c) piso salarial profissional;
  - d) progressão funcional baseada na habilitação, na progressão por qualificação e na avaliação de desempenho;
  - e) condições adequadas de trabalho;
  - f) hora-atividade incluída na jornada de trabalho, nos termos da lei.
- VII – elaborar seu regimento interno;
- VIII – cumprir as normas estabelecidas pela legislação em vigor e as do Sistema Municipal de Ensino;

IX – elaborar, executar, avaliar e readequar, em conjunto com o CME/Toledo, o Plano Municipal de Educação, integrando-o nos planos estadual e nacional de educação;

X – articular-se com a comunidade, visando a incentivar e a estimular a frequência e a permanência dos alunos na escola;

XI – efetuar a manutenção da rede escolar e planejar a melhoria e a ampliação de sua infraestrutura física;

XII – tomar medidas que objetivem a reunião de estabelecimentos em unidades mais amplas, promovendo o entrosamento e a intercomplementaridade com os estabelecimentos estaduais sediados no Município;

XIII – executar serviços de assistência educacional destinados a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar;

XIV – desenvolver programas para a oferta da educação de jovens e adultos e do ensino à distância, promovendo a capacitação docente;

XV – efetivar programas de combate à evasão escolar, das causas da repetência e do baixo rendimento escolar;

XVI – efetivar e desenvolver programas de qualificação docente e de educação continuada dos docentes do sistema municipal de ensino;

XVII – promover a orientação educacional nas escolas através do aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, as famílias e a comunidade;

XVIII – promover programas de qualidade de vida no trabalho aos profissionais da educação nos termos desta Lei;

XIX – tomar as medidas necessárias para promover a estruturação, a implementação e a manutenção do Sistema Municipal de Ensino;

XX – exercer outras atribuições relacionadas à área de educação e às previstas nesta Lei.

**Art. 24** – A Secretaria Municipal da Educação deve ter sua estrutura básica com equipes destinadas às seguintes tarefas:

I – verificação, inspeção, supervisão, avaliação e credenciamento da rede escolar do Município e das escolas ou centros de educação infantil, criados e mantidos pelo Poder Público municipal e os criados e mantidos pela iniciativa privada;

II – supervisão e assessoramento pedagógico;

III – administração, orientação e planejamento das políticas educacionais do Município;

IV – serviços de apoio para o desenvolvimento das ações de todas as equipes técnicas.

### CAPÍTULO VI – DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 25** – O Conselho Municipal de Educação – CME/ Toledo, órgão colegiado representativo da comunidade, previsto no artigo 111 da Lei Orgânica do Município de Toledo, tem a competência normativa e as funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora, mediador entre a sociedade civil e o Poder Público municipal, na discussão, elaboração e implementação das políticas municipais de educação, da gestão democrática do ensino público, na



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 7

construção e na defesa da educação de qualidade para todos os municípios.

**Art. 26** – O CME/Toledo tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

**Art. 27** – O CME/Toledo gozará de autonomia para elaborar e gerir seu orçamento, submetendo-o à aprovação da SMED/Toledo, que o incorporará ao seu orçamento, observadas as disposições legais e normas gerais aplicáveis.

§ 1º – O CME/Toledo contará com um corpo técnico, jurídico e administrativo de apoio e de espaço físico adequado, necessários ao atendimento de seus serviços, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tais fins.

§ 2º – A organização e o funcionamento do CME/Toledo serão disciplinados em regimento interno elaborado e aprovado por, no mínimo, dois terços dos membros do respectivo Conselho, e homologado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 28** – O Conselho Municipal de Educação de Toledo será constituído por 12 (doze) conselheiros titulares e por 12 (doze) conselheiros suplentes, com conhecimento e experiência em matéria de educação, com mandato de quatro anos, permitida a recondução, representando, respectivamente:

I – três conselheiros titulares e três conselheiros suplentes, representantes do Poder Público Municipal, de livre escolha do Executivo municipal e indicados de comum acordo com a SMED/Toledo;

II – três conselheiros titulares e três conselheiros suplentes, indicados pelos Profissionais da Educação, através do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Toledo, sindicalizados ou não, e que representem os profissionais da rede pública municipal de ensino;

III – dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, indicados pelas instituições educacionais privadas de qualquer classificação, dos diferentes níveis de ensino atuantes no município, entre particulares com ou sem fins lucrativos, comunitárias, confessionais e as filantrópicas na forma da lei;

IV – um conselheiro titular e um conselheiro suplente, indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Toledo;

V – um conselheiro titular e um conselheiro suplente, indicados pelas Instituições de Educação Superior públicas e privadas, sediadas no Município de Toledo;

VI – um conselheiro titular e um conselheiro suplente, indicados pelas Associações de Pais e Mestres – APMs ou Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs das escolas da rede municipal de ensino;

VII – um conselheiro titular e um conselheiro suplente, indicados pela APP-Sindicato, entre sindicalizados ou não, representantes da Educação Básica da rede pública estadual de ensino no Município de Toledo.

§ 1º – Os conselheiros suplentes substituirão os

conselheiros titulares na ausência destes ou nos seus impedimentos, conforme normas constantes de seu regimento interno.

§ 2º – Em caso de vacância de conselheiro titular ou suplente, a nomeação do substituto será apenas para completar o prazo do mandato do substituído.

§ 3º – Com a ampliação do número de Conselheiros, os mesmos terão assegurado o prazo integral de seu mandato de 4 (quatro) anos somente após transcorrido o período transitório da ampliação do número de conselheiros, de tal forma que se mantenha a proporcionalidade e a alternância periódica de um terço de seus membros, nos termos do Regimento Interno.

§ 4º – A data de início dos mandatos é fixada para o dia 29 de março do ano em que ocorrerem os vencimentos proporcionais dos mandatos dos conselheiros, nos termos do Regimento Interno.

§ 5º – A ampliação do número de conselheiros será de forma simultânea, a partir da readequação da presente Lei, observando-se o prazo transitório inicial de duração dos mandatos, de tal forma a se manter a proporcionalidade do vencimento dos mandatos.

§ 6º – O mandato de membro do CME/Toledo será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas, no período de um ano;

IV – doença que exija o licenciamento por mais de um ano;

V – procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VI – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

§ 7º – As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse público municipal e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos municipais de que seja titular o conselheiro, não podendo o gestor público municipal dificultar a liberação do servidor, quer seja para sua participação em reuniões ou trabalhos próprios do colegiado.

§ 8º – Os conselheiros terão direito a *jeton* de presença, com valor a ser fixado pelo Prefeito Municipal, por proposição do CME/Toledo e da SMED/Toledo e dentro das normas legais, e direito a transporte e diária quando convocados para as sessões do conselho ou de suas Câmaras fora da sede do Município.

**Art. 29** – Os conselheiros titulares e os suplentes terão seus nomes homologados por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 30** – O Conselho Municipal de Educação de Toledo é presidido por um conselheiro titular, que atuará como regulador dos trabalhos, e tem como obrigação zelar pelo fiel cumprimento da legislação educacional por parte



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 8

do órgão colegiado e do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º – O presidente e o vice-presidente serão eleitos diretamente pelo conjunto dos conselheiros efetivos, para gestão de dois anos, permitida a recondução, nos termos de seu regimento, e terão os nomes homologados pelo Executivo municipal, que expedirá o decreto de nomeação.

§ 2º – O vice-presidente do CME/Toledo substituirá o presidente em seus impedimentos e faltas, nos termos de seu regimento.

§ 3º – No impedimento do presidente e do vice-presidente, presidirá o Conselho o membro mais idoso.

§ 4º – Cabe ao presidente do CME/Toledo, entre outras atribuições dispostas no seu regimento interno:

I – deliberar sobre questões administrativas do Conselho;

II – propor à SMED/Toledo os servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio do Conselho, nos termos do § 1º do art. 27 desta Lei;

III – instituir comissões permanentes ou especiais para realização de tarefas afetas ao órgão, conforme dispuser o regimento interno.

**Art. 31** – A forma de escolha e as atribuições dos assessores técnicos, administrativos e jurídico do CME/Toledo, serão definidas em seu regimento interno.

**Art. 32** – O CME/Toledo poderá convidar entidades, cientistas, técnicos, consultores e assessores nacionais ou estrangeiros para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho, sob a coordenação de um de seus membros.

**Art. 33** – São competências do Conselho Municipal de Educação de Toledo:

I – fixar normas, nos termos da lei, para:

a) a educação infantil e o ensino fundamental;

b) o funcionamento, o credenciamento, a avaliação e a supervisão das instituições de ensino de sua competência;

c) a educação infantil e o ensino fundamental, destinados a educandos com necessidades especiais;

d) o ensino fundamental, destinado a jovens e adultos que a ele não tiveram acesso em idade própria;

e) a proposta pedagógica e o currículo dos estabelecimentos de ensino;

f) a produção, controle e avaliação de programas de educação à distância;

g) a capacitação de professores para lecionar em caráter emergencial;

h) a criação de estabelecimentos de ensino público municipal, de modo a evitar a aplicação inadequada de recursos;

i) a elaboração de regimentos dos estabelecimentos de ensino;

j) a classificação e a reclassificação de alunos em qualquer ano, série ou etapa, exceto a primeira série do ensino fundamental, independente da escolarização anterior;

k) a progressão parcial e continuada;

l) o treinamento em serviço, previsto para os profissionais que atuam no ensino;

m) o sistema de matrícula, transferência escolar, sistema de promoção e de aproveitamento de estudos.

II – manifestar-se previamente sobre o regime e as formas de colaboração, acordos, convênios e similares, inclusive os de municipalização, a serem celebrados pelo Poder Público municipal com as instâncias governamentais ou do setor privado;

III – exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;

IV – conhecer a realidade educacional do Município e propor medidas aos poderes públicos para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar;

V – emitir pareceres sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica que lhe forem submetidas pelo Executivo ou pelo Legislativo, por entidades ou profissionais da educação de âmbito municipal;

VI – elaborar e alterar o seu regimento interno;

VII – fiscalizar e zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação, representando junto às autoridades competentes, quando for o caso;

VIII – acolher denúncia de irregularidade no âmbito da educação municipal, apurando os fatos e encaminhando as conclusões às instâncias competentes;

IX – opinar sobre o calendário escolar;

X – manifestar-se sobre o plano de carreiras, cargos, salários e promoções do magistério proposto pela Secretaria Municipal da Educação, ouvidos os profissionais da educação;

XI – estabelecer normas de participação da comunidade escolar e local para a elaboração das propostas pedagógicas das escolas e do Plano Municipal de Educação;

XII – promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, com propostas para sua melhoria;

XIII – analisar e propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos e material didático;

XIV – exercer as atividades previstas em outros dispositivos legais;

XV – colaborar com a Secretaria Municipal da Educação na elaboração do diagnóstico e nas soluções de problemas relativos à educação no Município, especialmente no Plano Municipal de Educação;

XVI – acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem à sua expansão e aperfeiçoamento;

XVII – propor medidas e programas para capacitar, titular, atualizar e aperfeiçoar professores municipais;

XVIII – aprovar o regimento, a organização, a convocação e normas de funcionamento das conferências municipais de educação, bem como das plenárias municipais de educação, em conjunto com a coordenação do Fórum Municipal de Educação;

XIX – aprovar o Plano Municipal de Educação e suas readequações, nos termos da legislação vigente;

XX – manter intercâmbio com conselhos de educação;

XXI – emitir parecer sobre os orçamentos e prestações de contas dos 25% (vinte e cinco por cento)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 9

constitucionais e demais recursos financeiros destinados à educação, antes de seu encaminhamento à Câmara de Vereadores e/ou ao Tribunal de Contas, nos termos da lei;  
XXII – exercer outras atribuições previstas em lei ou decorrentes de suas funções.

**Art. 34** – Compete ao Secretário Municipal da Educação homologar, no prazo de quinze dias, a partir da data do protocolo, os pareceres das decisões do Conselho Municipal de Educação referentes aos incisos VI, VIII, IX, X e XXI do artigo anterior desta Lei.

§ 1º – O Secretário Municipal da Educação deverá homologar a decisão do Conselho ou, negando-a, devolver a matéria ao CME com as razões de sua recusa.

§ 2º – O Secretário Municipal da Educação deverá solicitar ao CME/Toledo, no prazo previsto no **caput** deste artigo, reexame do ato levado à homologação.

§ 3º – Na hipótese de o Secretário da Educação não se manifestar no prazo estabelecido no **caput** deste artigo, considerar-se-á homologado automaticamente o ato decisivo.

**Art. 35** – O CME/Toledo terá calendário de reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente nos casos previstos no regimento interno.

§ 1º – As sessões plenárias do CME/Toledo, são públicas e instalar-se-ão com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º – Ocorrendo falta de **quorum** para instalação do plenário, será automaticamente convocada nova sessão que acontecerá no prazo de vinte e quatro horas, com a presença mínima de cinquenta e um por cento dos conselheiros.

§ 3º – Cada membro tem direito a um voto e, ocorrendo o empate, caberá ao presidente do conselho, além do voto ordinário em todas as votações, o voto de qualidade.

**Art. 36** – Será realizada uma conferência municipal de educação a cada dois anos, ou extraordinariamente a qualquer tempo.

§ 1º – O prazo de realização de uma conferência poderá ser prorrogado para quatro anos por decisão de dois terços do conselho pleno de conselheiros do CME/Toledo.

§ 2º – A conferência será convocada pelo Conselho Municipal de Educação ou pelo Poder Executivo, caso aquele não o faça dentro do prazo estipulado no **caput** deste artigo.

§ 3º – A conferência será organizada pelo CME/Toledo, em conjunto com a coordenação do Fórum Municipal de Educação, e composta por representações dos vários segmentos sociais, para socialização de experiências, avaliação da situação da educação do Município e para

proposição das diretrizes da política educacional do Município de Toledo.

## CAPÍTULO VII – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

**Art. 37** – A gestão democrática do ensino público, entendida como ação coletiva e prática político-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais, e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 38** – Fica assegurada a gestão democrática do ensino público municipal com base nos seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica da escola;
- II – participação da comunidade escolar nos conselhos escolares;
- III – progressivo grau de autonomia de gestão pedagógica, administrativa e financeira;
- IV – descentralização do processo educacional;
- V – a adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar;
- VI – eleição dos dirigentes dos estabelecimentos municipais de ensino pela comunidade escolar, em sufrágio direto e secreto, considerando os seguintes pré-requisitos:
  - a) docente com graduação em licenciatura plena;
  - b) tempo de efetividade na carreira do magistério na rede municipal, concluído o estágio probatório;
  - c) apresentação de plano de trabalho;
  - d) atendimento da legislação municipal específica.

**Art. 39** – Fica instituído o Fórum Municipal de Educação como órgão máximo de deliberação das políticas públicas para a educação do Município de Toledo, a ser realizado, no mínimo uma vez, no período correspondente a cada gestão de administração municipal.

Parágrafo único – O Fórum Municipal de Educação será convocado por sua coordenação e contará com a participação de representantes da SMED/Toledo, do CME/Toledo, da sociedade civil organizada e de todos os segmentos das comunidades escolares de todos os níveis de ensino atuantes no município.

## CAPÍTULO VIII – DO REGIME DE COLABORAÇÃO

**Art. 40** – Compete ao Município de Toledo, através de seus respectivos órgãos do Sistema, em regime de colaboração com o Estado do Paraná e assistência da União:

- I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;
- II – fazer-lhes a chamada pública;
- III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;
- IV – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 10

planos estadual e nacional de educação, integrando e estabelecendo competências e diretrizes para a educação infantil e o ensino fundamental, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V – assegurar o processo de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VI – definir, com o Estado do Paraná, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma das esferas do Poder Público;

VII – assegurar aos educandos com necessidades especiais, educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora, nos termos da legislação nacional, estadual e municipal aplicável;

VIII – estabelecer, em colaboração com o Estado e a União, padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

### TÍTULO V – DAS MODALIDADES DE ENSINO CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

**Art. 41** – Os currículos da educação infantil e do ensino fundamental devem atender à diversidade, explicitando e trabalhando as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e valorizando as suas especificidades.

Parágrafo único – Os currículos a que se refere o **caput** deste artigo devem expressar uma proposta político-pedagógica voltada para o exercício da cidadania, a superação de todas as formas de discriminação e de opressão.

**Art. 42** – As instituições de ensino fundamental podem organizar-se em anos, séries anuais, períodos semestrais, por ciclos de formação, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência ou outros critérios, ou por formas de organização do ensino que propiciem uma ação pedagógica que efetive a não-exclusão, o avanço continuado através da garantia do respeito aos ritmos e tempos de aprendizagem de cada aluno, a construção do conhecimento através da interdisciplinaridade de forma dinâmica, criativa, crítica, contextualizada, investigativa, prazerosa, desafiadora e lúdica.

**Art. 43** – A avaliação deve ser uma reflexão constante de todos os segmentos que constituem o processo ensino-aprendizagem, como forma de superar as dificuldades, retomando, reorganizando e reeducando os sujeitos envolvidos, devendo:

I – ser um processo contínuo, cumulativo, permanente, que respeite as características individuais e as

etapas evolutivas e sócio-culturais;

II – ser investigativa, diagnóstica, emancipatória e participativa, concebendo o conhecimento como construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos.

**Art. 44** – As instituições dos diferentes níveis e modalidades de ensino e educação, devem construir coletivamente, com os diversos segmentos da comunidade escolar, seus regimentos escolares, de acordo com seus projetos pedagógicos.

### CAPÍTULO II – DA EDUCAÇÃO BÁSICA Seção I – Das Disposições Gerais

**Art. 45** – A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

**Art. 46** – A educação básica, no ensino fundamental, poderá ser organizada em anos, séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência ou outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, e de acordo com as normas adotadas pelo Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo único – A escola poderá reclassificar os educandos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

**Art. 47** – A educação básica, no ensino fundamental, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – pelo menos duzentos dias de efetivo trabalho escolar por ano, assim entendido como os movimentos diferenciados da atividade docente que se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades de planejamento, capacitação em serviço, dias de estudo, reuniões pedagógicas e de conselho de classe, avaliações, recuperação concomitante ou paralela, e aqueles diretamente relacionados com o educando, bem como toda e qualquer ação incluída no projeto político-pedagógico da escola, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver;

II – carga horária mínima anual de oitocentas horas, envolvendo a participação de docentes e educandos, excluído o tempo reservado para exames finais, quando houver;

III – duração da hora-aula por disciplina definida de acordo com a proposta pedagógica da escola, garantida ao docente hora-atividade incluída na jornada de trabalho de todos os professores e com igual duração à da hora-aula, assim entendido o período reservado a estudos, planejamento, preparação de aulas e avaliação;

IV – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 11

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

V – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo;

VI – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares;

VII – a avaliação do rendimento escolar do educando, resultado de reflexão sobre todos os componentes do processo ensino-aprendizagem, como forma de superar dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos nele envolvidos, deve:

a) ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

b) ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais e sócio-culturais dos sujeitos envolvidos;

c) incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo, ou comissões específicas, cabendo-lhes definir encaminhamentos e alternativas;

d) considerar a possibilidade de aceleração de estudos para educandos com atraso escolar;

e) considerar a possibilidade de avanço em séries ou cursos por educandos com comprovado desempenho;

f) considerar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

g) dar prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados do período sobre os de eventuais provas finais.

VIII – as escolas de ensino fundamental devem proporcionar estudos de recuperação, de preferência concomitantes, ou paralelos ao período letivo, aos educandos que demonstrem aproveitamento insuficiente no decorrer do ano escolar, a serem disciplinados em seus regimentos;

IX – o controle da frequência dos educandos é responsabilidade da escola, observado o disposto em seu regimento, sendo exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

X – o número de educandos por sala de aula, definido de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, deve ser tal que possibilite adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente;

XI – o calendário anual, com o mínimo de duzentos dias letivos e de no mínimo oitocentas horas de efetivo trabalho escolar, somente poderá deixar de ser cumprido em situações excepcionais, se for emitido decreto pelo Prefeito do Município, de estado de emergência ou de calamidade pública, nos termos da lei.

Parágrafo único – As normas complementares para a educação infantil e de ensino fundamental serão emitidas pela SMED/Toledo e pelo CME/Toledo.

**Art. 48** – À escola, de acordo com as normas do

município como mantenedor, e dentro de sua proposta pedagógica, fica assegurada autonomia para dispor sobre a forma de organização de carga horária semanal para o cumprimento de seu currículo.

**Art. 49** – É permitida a organização de cursos ou escolas com propostas pedagógicas experimentais, métodos e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento, de autorização e avaliação do Conselho Municipal de Educação, com homologação da Secretaria Municipal da Educação.

### Seção II – Da Educação Infantil

**Art. 50** – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, nas instituições mantidas ou subsidiadas pelo Município, e nas instituições privadas de ensino, vinculadas ao Sistema Municipal, tem por objetivos:

I – o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

II – proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto-imagem e o convívio no seu processo de socialização, com a percepção das diferenças e contradições sociais.

Parágrafo único – Na educação infantil, o ensino da arte e a educação física são componentes curriculares obrigatórios, ajustando-se às faixas etárias e às condições das crianças.

**Art. 51** – A educação infantil será oferecida em:  
I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade.

§ 1º – A pré-escola pode ser ofertada isoladamente, ou em centros de educação infantil, ou ainda junto a escolas, estruturadas e autorizadas em conformidade com as normas do Sistema Municipal de Ensino;

§ 2º – A obrigatoriedade da oferta por parte do Poder Público e a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis matricularem seus filhos à pré-escola, a partir dos quatro anos de idade, será feita de acordo com a legislação federal e as normas complementares do Conselho Municipal de Educação.

**Art. 52** – A autorização para funcionamento de estabelecimentos de educação infantil, públicos ou privados, vinculados ao Sistema Municipal de Ensino, será concedida por ato da Secretaria Municipal da Educação, após a aprovação do projeto de implantação pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 53** – Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

### Seção III – Do Ensino Fundamental

**Art. 54** – O ensino fundamental, com duração



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 12

mínima de nove anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da auto-determinação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – a formação de consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;

V – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**Art. 55** – A matrícula no ensino fundamental é obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, e seu ingresso far-se-á nos termos da legislação.

**Art. 56** – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 1º – Na oferta do ensino religioso é assegurado o respeito à diversidade cultural brasileira e da comunidade atendida, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 2º – O Sistema Municipal de Ensino:

I – regulamentará os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso, ouvindo entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas;

II – estabelecerá normas específicas para a habilitação e a admissão de professores.

**Art. 57** – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º – São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º – O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, em cumprimento às metas do Plano Municipal de Educação, das políticas públicas de desenvolvimento social e da educação, e de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino.

### Seção IV – Da Educação de Jovens e Adultos

**Art. 58** – A educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

**Art. 59** – O Poder Público municipal poderá celebrar convênios com empresas e órgãos públicos ou privados com a finalidade de ofertar programas de ensino à distância ou utilizando novas tecnologias e proporcionar professores

qualificados para acompanhar e avaliar os educandos.

Parágrafo único – A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma das normas do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 60** – O acesso e a permanência de jovens e adultos na escola ou em instituições próprias será permanentemente motivada e estimulada pelo Poder Público, mediante ações integradas e complementares à educação regular e formal.

Parágrafo único – A educação de jovens e adultos terá as normas complementares e sua regulamentação expedidas pelo Sistema Municipal de Ensino.

### Seção V – Da Educação Especial

**Art. 61** – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

§ 1º – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades dos educandos da educação especial.

§ 2º – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou em serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º – A oferta de educação especial, dever constitucional do Poder Público, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a Educação Infantil, prolongando-se por toda a educação básica.

**Art. 62** – O Poder Público assegurará:

I – espaços adequados e facilitados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender a educandos com necessidades especiais;

II – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento educacional especializado (AEE), bem como treinamento permanente a professores do ensino regular, visando à integração dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns;

III – educação especial para o trabalho, visando à efetiva integração do educando na vida em sociedade, inclusive para os que não revelarem condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam habilidade superior nas áreas artística, intelectual e psicomotora;

IV – acesso igualitário aos benefícios de programas sociais complementares e suplementares do atendimento educacional especializado (AEE), também disponíveis para o ensino regular;

V – terminalidade específica na conclusão do ensino fundamental, para os educandos que, em virtude de



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 13

suas dificuldades, não puderam atingir os níveis exigidos e, para os portadores de altas habilidades, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar;

VI – atendimento especializado em escolas especiais para o educando portador de deficiência mental severamente prejudicado e para o portador de deficiências múltiplas associadas a graves comprometimentos;

VII – escolas com atendimento em tempo integral para as pessoas portadoras de deficiências, além de equipes especializadas para o atendimento domiciliar, visando à integração com a comunidade e à orientação adequada aos familiares dos educandos com necessidades especiais;

VIII – inclusão do atendimento educacional especializado (AEE) no projeto político pedagógico da escola da rede regular de ensino;

IX – as condições de atendimento educacional especializado (AEE) em centros de atendimento educacional especializado, com a descrição do professor que realiza o atendimento;

X – a possibilidade de contabilizar duplamente, no âmbito do FUNDEB, as formas de matrícula concomitante no ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

**Art. 63** – O Poder Público municipal, através de suas entidades e órgãos, assegurará, em suas ações políticas e administrativas, prioridade no atendimento aos educandos do ensino regular com necessidades especiais.

**Art. 64** – O Poder Público municipal adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais, na própria rede pública regular de ensino, de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino.

### TÍTULO VI – DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

**Art. 65** – Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, com ou sem fins lucrativos;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia como professor pedagogo, ou aqueles com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

**Art. 66** – São profissionais da educação, os profissionais do magistério e que integram o Sistema Municipal de Ensino, os servidores da rede municipal de ensino e os profissionais das instituições privadas de educação infantil, com ou sem fins lucrativos, que integram o Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º – São profissionais do magistério do Sistema Municipal de Ensino de Toledo, o conjunto de professores

e especialistas em educação das redes pública municipal de ensino e os das instituições educacionais privadas de educação infantil, com ou sem fins lucrativos, aqueles que, ocupando cargos ou funções gratificadas nas unidades escolares e nos demais órgãos que compõem a estrutura do Sistema Municipal de Ensino, desempenham atividades docentes ou especializadas de assessoramento, planejamento, programação, acompanhamento, orientação, supervisão, avaliação, inspeção, direção e coordenação, com vistas a alcançar os objetivos da educação.

§ 2º – São também integrantes da rede municipal de ensino os servidores públicos municipais, não profissionais do magistério, quando no exercício de funções correlatas ou de suporte ao processo ensino-aprendizagem em unidades escolares ou em órgãos centrais e intermediários da referida rede ou do Sistema Municipal de Ensino.

§ 3º – Os profissionais da educação infantil das instituições privadas de ensino de qualquer classificação, que integram o Sistema Municipal de Ensino, seguirão seus estatutos e regimentos escolares, e devem adequar-se ao que estabelecem a presente Lei e as normas do Sistema.

**Art. 67** – A formação dos profissionais da educação far-se-á de forma contínua e sistemática, garantindo-se os cursos específicos, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades do ensino, às características de cada fase do desenvolvimento dos educandos e às demandas da educação em geral ou às necessidades de organização e funcionamento dos profissionais nas áreas em que atuarem, e terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades;

III – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho.

Parágrafo único – O Município incentivará a formação dos profissionais e dos trabalhadores em educação da rede pública municipal de ensino, e manterá programas permanentes de atualização e aperfeiçoamento dos profissionais, também abertos aos demais integrantes do Sistema Municipal de Ensino, nas áreas em que atuarem.

**Art. 68** – O Poder Público municipal poderá celebrar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a formação, capacitação, qualificação e especialização dos docentes da rede pública municipal, através de cursos presenciais ou utilizando-se de tecnologias de ensino à distância.

**Art. 69** – A oferta de cursos de aperfeiçoamento, de mestrado ou de doutorado, de educação continuada ou para a obtenção de habilitação legal e a chamada dos educadores para frequentá-los, com dispêndio de recursos públicos, será feita, sempre que necessário, de forma rotativa, com prioridade para as áreas de ensino mais necessitadas, e obedecerá a critérios técnicos amplamente divulgados nas escolas e entre os profissionais da educação, assegurada a



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 14

igualdade de oportunidades e o interesse do município para formação de sua equipe de educação.

**Art. 70** – As escolas da rede pública municipal terão quadro próprio de pessoal conforme normas definidas pelo Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 71** – O Município de Toledo promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos do estatuto e do plano de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, na forma da lei específica;

III – piso salarial profissional, definido em lei, que garanta remuneração condigna e justa para o bom desempenho de suas funções;

IV – valorização e progressão funcional baseada na habilitação, na titulação e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento, preparação de aulas e avaliação, incluído na jornada de trabalho;

VI – progressão salarial por tempo de serviço, na forma da lei;

VII – condições adequadas de trabalho;

VIII – estatuto e plano de carreira único no âmbito do magistério, definidos em lei própria;

IX – liberdade de organização e de associação, de opinião, de idéias e de convicções políticas e ideológicas;

X – concessão de bolsas de estudo, na forma da lei específica;

XI – estímulo às publicações e similares, quando contribuem para a educação e a cultura.

§ 1º – Nos afastamentos legais de profissional do magistério, lotado ou em exercício em escola pública municipal, o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é de responsabilidade da SMED/Toledo ou da respectiva mantenedora nas instituições educacionais particulares.

§ 2º – Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério, as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

**Art. 72** – A Secretaria Municipal da Educação instituirá um conselho de ética, composto por representantes dos profissionais da educação, do Conselho Municipal da Educação e da Secretaria Municipal da Educação, para deliberar sobre as questões disciplinares, éticas e administrativas infringidas por integrante da rede municipal de ensino, conforme normas discutidas e aprovadas pelo CME/Toledo, propostas pela SMED/Toledo, ouvidos os profissionais da educação do Município de Toledo.

**Art. 73** – É dever do Município de Toledo realizar

concurso público para suprir as necessidades nos quadros de pessoal do magistério, administrativo e de serviços, indispensáveis ao funcionamento da escola.

**Art. 74** – Incumbe aos docentes:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica da instituição de ensino e de seus cursos, programas ou atividades;

II – elaborar e cumprir o respectivo plano de trabalho, observado o projeto pedagógico da instituição de educação e de seus cursos, programas ou atividades;

III – zelar pela aprendizagem dos educandos;

IV – cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

V – estabelecer, com o apoio dos demais agentes especializados da instituição, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

VI – colaborar nas atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

### TÍTULO VII – DOS RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 75** – O Município aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino e da educação, nunca menos de vinte e cinco por cento dos recursos originários de:

I – receita de impostos próprios do Município, do Estado e da União;

II – transferências constitucionais e outras transferências;

III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV – receita de incentivos fiscais;

V – operações de crédito internas e externas;

VI – doações e legados;

VII – receita de programas governamentais específicos;

VIII – outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único – As ações definidas na Lei Orgânica do Município e nesta Lei, para a manutenção e desenvolvimento do ensino e da educação municipal, deverão ser claramente identificadas no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual do Município.

**Art. 76** – Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas mantidas pelo Município.

§ 1º – Com o objetivo de cumprir o princípio da universalização do atendimento escolar, poderão ser destinados recursos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei e que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II – apliquem seus excedentes financeiros na educação;

III – os apliquem em programas de educação infantil, ou de ensino fundamental, ou de educação de jovens e adultos ou de educação especial;



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 15

IV – assegurem estatutariamente a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público municipal, em caso de encerramento de suas atividades;

V – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 2º – O Conselho Municipal de Educação estabelecerá as normas para o credenciamento de instituições educacionais de finalidade não-lucrativa que pretendam receber recursos públicos na forma deste artigo.

**Art. 77** – O Município de Toledo estimulará experiências educacionais inovadoras, visando à garantia do padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas municipais.

**Art. 78** – São consideradas como despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, as despesas realizadas com vistas ao cumprimento dos objetivos básicos das instituições educacionais dos níveis que compõem a rede pública municipal de ensino, que se destinam:

I – à remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II – à aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários e diretamente vinculados ao ensino;

III – ao uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV – a levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando especificamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V – à realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento do sistema de ensino;

VI – à concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII – à aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar, na forma da lei;

VIII – à amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto neste artigo.

**Art. 79** – Não são consideradas como despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I – pesquisa, que não vise ao aprimoramento da qualidade ou à expansão do ensino;

II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III – formação de quadros especiais para a administração pública;

IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V – obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII – manutenção de pessoal inativo ou de pensionistas.

**Art. 80** – O Poder Público municipal assegurar

às instituições de ensino por ele criadas ou incorporadas, mantidas ou administradas, os recursos para realização de seus objetivos institucionais.

## TÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 81** – A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas públicas municipais, conforme norma constante no regimento escolar.

**Art. 82** – As deliberações do Conselho Municipal de Educação, mencionadas no artigo 34 desta Lei, para entrarem em vigor, dependerão de homologação do Secretário Municipal de Educação.

Parágrafo único – As deliberações homologadas nos termos desta Lei, os pareceres e as normas aprovadas pelo Conselho Pleno do CME/Toledo, só terão validade após sua publicação, por ementa ou na íntegra, em órgão oficial do Município.

**Art. 83** – A Secretaria Municipal da Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, convocarão e organizarão as Conferências Municipais de Educação.

§ 1º – O regimento e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Educação serão elaborados pela SMED/Toledo, em conjunto com o CME/Toledo, ouvidos os demais segmentos dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino, **ad referendum** da plenária de abertura do encontro.

§ 2º – A periodicidade e a necessidade de realização das Conferências Municipais de Educação serão definidas em conjunto com a SMED e o CME/Toledo.

**Art. 84** – O Plano Municipal de Educação, elaborado, avaliado e readequado com a participação da sociedade civil organizada, aprovado por lei, articulado com os planos nacional e estadual de educação, terá como objetivos básicos:

I – a erradicação do analfabetismo;

II – a melhoria das condições e da qualidade de ensino;

III – a universalização do atendimento ao ensino obrigatório e a progressiva universalização da educação infantil;

IV – o aprimoramento da formação humanística, científica e tecnológica;

V – a progressiva ampliação do tempo de permanência do aluno na escola no Ensino Fundamental;

VI – a gestão democrática da educação de forma evolutiva e abrangente;

VII – número de alunos por sala de aula que possibilite adequada comunicação e aproveitamento, obedecendo a critérios pedagógicos e níveis de ensino.

**Art. 85** – O Sistema Municipal de Ensino de Toledo terá sua competência e suas funções limitadas para a educação infantil e para os cinco anos iniciais do ensino



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 16

fundamental de nove anos de duração.

Parágrafo único – Lei municipal específica determinará as condições e a época da ampliação da competência e das funções do Sistema Municipal de Ensino de Toledo para atuar, gradativa ou simultaneamente, em todos os anos do Ensino Fundamental e suas modalidades.

**Art. 86** – As instituições de ensino, vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Toledo, promoverão a adaptação de seus estatutos, regimentos e atos normativos deles decorrentes, ao disposto nesta Lei, até 30 de junho de 2011.

**Art. 87** – Ao ser ampliada a representação e o número de Conselheiros, e para ocorrer o vencimento proporcional dos mandatos dos membros do Conselho, nos termos desta Lei, os novos conselheiros terão um mandato transitório inicial, conforme segue:

I – o conselheiro titular e seu respectivo suplente, representantes da APP-Sindicato, escolhidos entre sindicalizados ou não, da Educação Básica da rede pública estadual de ensino do Município de Toledo, terão mandato inicial de dois anos;

II – o conselheiro titular e seu respectivo suplente, representantes das Instituições de Educação Superior públicas e privadas, sediadas no Município de Toledo, terão mandato inicial de três anos;

III – o conselheiro titular e seu respectivo suplente, representantes das Associações de Pais e Mestres – APMs ou Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs das escolas da rede municipal de ensino, já terão mandato inicial de quatro anos.

§ 1º – Passado o período transitório, a duração dos demais mandatos será integral de quatro anos.

§ 2º – Em não mais integrando sua respectiva entidade, órgão ou instituição, o conselheiro deverá deixar o cargo de conselheiro, sendo substituído por seu respectivo suplente, ou no impedimento deste, será procedida nova indicação para concluir o mandato em curso.

§ 3º – A indicação dos novos conselheiros deverá seguir as normas legais e observar os critérios constantes no Regimento Interno do CME.

**Art. 88** – O CME/Toledo terá prazo de trinta dias úteis, a partir da publicação da presente Lei, para adequar seu regimento e submetê-lo à homologação do Executivo municipal.

**Art. 89** – As questões suscitadas para a plena vigência do regime do Sistema Municipal de Ensino de Toledo, serão resolvidas pela Secretaria Municipal da Educação, ou conforme o caso, pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 90** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 1.857, de 18 de dezembro de 2002.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE

TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 135**, de 7 de abril de 2010

Exonera, a pedido, **Mônica Esther Bogorni de Queiroz** do cargo de Professor II da rede municipal de ensino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea “a” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Toledo e o inciso I do artigo 44 da Lei nº 1.822/99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a solicitação formulada através do Requerimento protocolado na Municipalidade sob nº 10448, de 5 de abril de 2010,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Fica exonerada, a pedido, **Mônica Esther Bogorni de Queiroz** do cargo de Professor II da rede municipal de ensino, Grupo Ocupacional B-8, a contar de 5 de abril de 2010.

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

**MARISA RAMOS DOS SANTOS CARDOSO**  
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

**PORTARIA Nº 136**, de 9 de abril de 2010

Designa os membros de Comissões de Recebimento de Equipamentos e de Bens de Consumo do Município de Toledo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea “c” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Ficam designados, para comporem Comissões responsáveis para efetuar o recebimento de equipamentos e bens de consumo do Município de Toledo, os



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 17

seguintes membros:

I – **no Almoarifado Central** do Município:

- a) Alex Sandro Pires;
- b) Anderson Bernardino Salatti;
- c) Antonio Barbosa;
- d) Arli Aparecida de Paula Ribeiro;
- e) Daniel Grezzi Lima;
- f) Evelyn Gilvana Donadel;
- g) Fátima Aparecida Serpeloni de Almeida;
- h) Francis Ryan Perim Paes;
- i) Ivanete Maria Pizzato;
- j) Ivo Roque Rhoden;
- k) Jorge Otta Junior;
- l) Juraci José dos Anjos;
- m) Lari Klagenboech;
- n) Luiz Augusto Minghini Filho;
- o) Maico Ricardo Mannrich;
- p) Marcio Munchen;
- q) Maria da Graça Kunzler;
- r) Marta Ines Schumacher;
- s) Osmar Rodrigo Rodrigues Silva;
- t) Rodrigo Melonari;
- u) Nilson Liberato;
- v) Valdecir Neumann;
- w) Vilson Schuck;
- x) Wilmar da Silva.

II – **no Almoarifado da Secretaria da Educação:**

- a) Danieli Jaquelini Andrioli;
- b) Gládis Eldi Dagan;
- c) Heverton Diogo Fantinel;
- d) Ikaro Tem Pass;
- e) Inês Terezinha Pastório;
- f) Jânio Ildomar Bender;
- g) Kleiton Linhares;
- h) Leoni Inês Demarchi;
- i) Liege Aparecida Martim;
- j) Liliâne Borges dos Reis Paludo;
- k) Lorena Bandeira Ceccatto;
- l) Marcia Regina Heiss Giaretta;
- m) Maria do Carmo Cabreira;
- n) Maria Salete Hubner Piccinin;
- o) Maria Salete Queiroz;
- p) Neusa Aparecida Minga Lucio;
- q) Osmando dos Anjos Meireles;
- r) Rosângela Aparecida Picini;
- s) Solange Piccin;
- t) Vonir Antonio Pereira.

III – **no Almoarifado do Pátio de Máquinas e Secretaria de Infra-Estrutura Rural:**

- a) Agenor Slongo;
- b) Aldair Carlos Pereira de Souza;
- c) Elemar Nicolau Scherer;
- d) Fabiano Junior Garcia;
- e) Joao Laudelino Bonetti;
- f) Lidio Michels;
- g) Marcia Maria Menti;
- h) Reinaldo Alves Pereira;
- i) Valdir Domingos Plino.

IV – **no Almoarifado da Cozinha Industrial:**

- a) Janaina Locatelli Pereira;
- b) Luiz Carlos Bazei;
- c) Moacir Pereira de Souza;
- d) Sofia Carminati Perinazzo.

V – **no Programa de Compra Direta:**

- a) Diomedes Cupertini;
- b) Eduardo Timm Batista;
- c) Eloir Sebastiao Pape;
- d) Felipe Hofstaetter Zanini;
- e) Orlandino Mariussi;
- f) Valdino Chebban.

VI – **na Escola Rural Municipal São Dimas:**

- a) Cleusa Beloto Batagin;
- b) Livia Terezinha Gasparetto Ribas;
- c) Zenilda Rodrigues Barbosa.

VII – **na Escola Municipal Carlos João Treis:**

- a) Andrea Janaina Ribeiro Alves;
- b) Claudia Carneiro da Silva Piacenti;
- c) Rozicleide Aparecida da Silva dos Santos.

VIII – **na Escola Municipal Anita Garibaldi:**

- a) Joeli Acioli Hipolito;
- b) Juraci da Silva;
- c) Maria de Lourdes Bis Mazzaferro;
- d) Maria Vanda Lisboa.

IX – **na Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros:**

- a) Elizabet Fassbinder;
- b) Nazária Maria Teixeira;
- c) Sílvia Gnas.

X – **na Escola Municipal Vereador José Pedro**

**Brum:**

- a) Ivone Tomcix Piesson;
- b) Marileis Salete Turmina;
- c) Marines Ferretto Rauber;
- d) Marisa Cereja Giacobbo;
- e) Roseli Teresinha Agostini.

XI – **na Escola Municipal Walter Fontana:**

- a) Herley Maria da Silva Valdemar;
- b) Leontina Soares Pereira;
- c) Vanda Aparecida Nunes.

XII – **na Escola Municipal Carlos Friedrich:**

- a) Edna Pedrosa Ferreira;
- b) Jorge Henrique Galha Rosin;
- c) Marines Mazzarollo Kuhn;
- d) Nadia Helena da Silva C. Nogueira.

XIII – **na Escola Municipal São Francisco de**

**Assis:**

- a) Juraci Teresinha de Paula;
- b) Marcia Luzia Garcia;
- c) Terezinha Dalcastel Zimmermann;
- d) Vandila de Fatima dos Santos.

XIV – **na Escola Municipal Olivo Beal:**

- a) Edeltraut Stefanski;
- b) Elaine Pastre;
- c) Irene Laura Gonchoroski;
- d) Maria Lucia da Silva;
- e) Maria Shirlei Ferreira dos Reis Terol.

XV – **na Escola Municipal Antonio Scain:**

- a) Clarides Noeli Trevisan;
- b) Leonilda Rocha dos Reis;
- c) Olívia Cardoso da Silva;
- d) Selma da Silva Pereira.

XVI – **na Escola Municipal Miguel Dewes:**

- a) Adriana Neusa Mayer;
- b) Nair Terezinha Lunkes Bouffleur;
- c) Neusa Teresinha Bamberg Anschau;
- d) Neuza Maria Henz Simon.

XVII – **na Escola Municipal André Zenere:**



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 18

- a) José Aparecido de Freitas;  
b) Maria Eva Duarte Tizziani;  
c) Nair Maria Birck.

XVIII – **na Escola Municipal Shirley Maria Lorandi**

**Saurin:**

- a) Giovana Ferrari Barcellos Lazzeri;  
b) Maria Soledade Gomes Sementino;  
c) Tereza Zanatta Zanella.

XIX – **na Escola Municipal Duque de Caxias:**

- a) Marlene Hillebrand Klassen;  
b) Marli Rossetto Zanette;  
c) Sirlei Teresinha Vitto Loebens.

XX – **na Escola Municipal Jardim Concórdia:**

- a) Elisabete de Almeida Porto;  
b) Eliza Schorr Daga;  
c) Marcia Vanderleia Dalgallo Painelli;  
d) Marlene da Silva dos Santos.

XXI – **na Escola Municipal Egon Werner Bercht:**

- a) Ilda Lídia Nesello Vieira;  
b) Lina Batista Lino;  
c) Marli Rossoni Menegazzo;  
d) Ramona Moreira.

XXII – **na Escola Municipal São Luiz:**

- a) Elaine Cristina Pereira Frohlich Szumowski;  
b) Ines Eliane Kleinubing da Silva;  
c) Odete Gerhardt Munchen;  
d) Rejane Fleck Rauber;  
e) Rosemar Rech Schenkel.

XXIII – **na Escola Municipal Princesa Isabel:**

- a) Denise Salete Musskopf;  
b) Ertes Jamir Elger;  
c) Ilce Clarice Henz.

XXIV – **na Escola Municipal Arsenio Heiss:**

- a) Aparecida Ines dos Santos;  
b) Marines de Fátima Barbosa de Lima;  
c) Tania Maria Orlandi Faez;  
d) Teresa Falkowski de Matos.

XXV – **na Escola Municipal Norma Demeneck**

**Belotto:**

- a) Alice Doblinski;  
b) Claudia Maria Theves Theobald;  
c) Lorilda Jussara Grossi Bolson;  
d) Marli Medeiros Valler.

XXVI – **na Escola Rural Municipal Nossa Senhora**

**das Graças:**

- a) Aparecida Odila Moreno Strazzi;  
b) Celia do Rocio de Mello;  
c) Cleide Campos de Lima.

XXVII – **na Escola Rural Municipal Santo**

**Antonio:**

- a) Hugo Rossa;  
b) Rosalina Hendges Conti;  
c) Terezinha Marli Costa.

XXVIII – **na Escola Municipal Professor Henrique**

**Brod:**

- a) Adriane Jaqueline Kuerten;  
b) Carmeli Luquine Flores;  
c) Maria Ivetti Rocha dos Santos.

XXIX – **na Escola Municipal Amelio Dal Bosco:**

- a) Cirlei Antonia Boschetti;  
b) Marisa Teresinha Kreuz Dallagnol;  
c) Michelly Schaiane Pizzinatto.

XXX – **na Escola Municipal Tome de Souza:**

- a) Ertes Jamir Elger;  
b) Ilce Clarice Henz;  
c) Nadia Regina Marafon Bacca.

XXXI – **na Escola Municipal Professor Ari**

**Arcassio Gossler:**

- a) Conceição Aparecida Queiroz Lauro;  
b) Marlene Gimenez Ribeiro;  
c) Vanilda Porto Soprani.

XXXII – **na Escola Municipal Alberto Santos**

**Dumont:**

- a) Angela Angnes Ceretta;  
b) Angela Silvana Kolberg Catuzzo;  
c) Marineide Aram Giacomini;  
d) Sandra Beatriz Nunes Ribeiro.

XXXIII – **na Escola Municipal Orlando Luiz Basei:**

- a) Andreia Eliana Meurer Wilde;  
b) Erica Traudi Wiedemann;  
c) Hildegard Luiza Grosklass Baier;  
d) Ivonete Correia de Lima;  
e) Nelci Alves dos Santos Schmitt.

XXXIV – **na Escola Municipal Osvaldo Cruz:**

- a) Cristiano Pastre;  
b) Loni Maria Winkelmann Dupont;  
c) Lourdes Terezinha Binsfeld Rupolo;  
d) Sirlei Correa da Silva Hoppe.

XXXV – **na Escola Municipal Washington Luiz:**

- a) Cleidinara Sehn Jank;  
b) Clovis Scarton;  
c) Marines Bourscheid.

XXXVI – **na Escola Municipal Presidente**

**Tancredo de Almeida Neves:**

- a) Conceição Martins do Nascimento;  
b) Francisca de Fatima Sindeaux da Cruz;  
c) Inez Aparecida dos Santos;  
d) Marinalva Silva.

XXXVII – **na Escola Municipal Reinaldo Arrozi:**

- a) Cleusa da Silva Michels;  
b) Evair Schorr;  
c) Irene Candido da Silva;  
d) Neiva Giordani Schirmann.

XXXVIII – **na Escola Municipal Engenheiro**

**Waldyr Luiz Becker:**

- a) Adriana Senger da Silva dos Santos;  
b) Iris Marcia Kunzler Bertoluci;  
c) Marisa Salete Todescatt Arenhart;  
d) Palmira Back.

XXXIX – **na Escola Rural Municipal São Pedro:**

- a) Daiana Gissele Hostetter;  
b) Ieda Maria Gregianin Muller;  
c) Ines Eich;

d) Marlene Wessling Adam.

XL – **na Escola Municipal Ivo Velter:**

- a) Leila Denise Dullius;  
b) Líbera Eloisa Stedile;  
c) Lídia Natalia Pereira;  
d) Sirlei Theves Galvão Baettker.

XLI – **no Centro Municipal de Educação Infantil**

**Pequeno Polegar:**

- a) Adriane Cristiane Engelsing Kotz;  
b) Clair Wilkon;  
c) Mirtes Levandowski Wissmann;  
d) Ivonete Correia de Lima.

XLII – **no Centro Municipal de Educação Infantil**



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 19

### **Nono Giacomini:**

- a) Edina Nunes Machado;
- b) Juliana Aparecida Lussi Veloso;
- c) Maria Helena Domingues Fritzen;
- d) Zenaide de Fatima Lima Torres Batista.

XLIII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Cantinho Feliz:**

- a) Isaltina Aparecida Pereira Muniz;
- b) Jane Elizete Alves Wilchen;
- c) Lucinda Pereira da Silva;
- d) Salete Datsch.

XLIV – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Karina:**

- a) Elenice Fagundes de Souza Modesto Camargo;
- b) Maria Gomes dos Santos Toebe;
- c) Marli Martins do Nascimento Machado.

XLV – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Katiuscia Gaiardo:**

- a) Adriane Schmitz Brandt;
- b) Bárbara Elisa Maldaner;
- c) Jéssica Eluan Martinelli Bell Aver;
- d) Maria José Sheron.

XLVI – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Professora Constantina Henkel:**

- a) Eliane Aparecida da Silva Luiz;
- b) Rosani Teresinha Knopka;
- c) Silvana Boffo Gonçalves.

XLVII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Sesi:**

- a) Ilone de Lima Nardes Beppler;
- b) Danielli Teixeira Echavarría;
- c) Dhioeyce Andressa de Oliveira;
- d) Maria Aparecida Guimarães de Niz.

XLVIII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Infantil Crescer e Aprender:**

- a) Edmilson Augusto de Moraes;
- b) Elza Ribeiro;
- c) Leoni Parize.

XLIX – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Jenny Donaduzzi:**

- a) Celia Regina de Oliveira Pereira;
- b) Lourdes Grando;
- c) Marli Teresinha Chagas Azevedo;
- d) Wilma Cordeiro Ribeiro.

L – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Cantinho da Alegria:**

- a) Dilva Jandrey;
- b) Márcia Cristina R. da Silva da Conceição;
- c) Sueli Alves da Silva;
- d) Sueli Vieira dos Reis.

LI – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Iraci de Souza Batista:**

- a) Andressa Malacarne;
- b) Júlia Regina Dresch;
- c) Maria de Lourdes Luchini Pego;
- d) Nadia de Cezare Sulzbacher;
- e) Rejane de Lurdes Laueremann Saugo;
- f) Roseane Herminia Franciscon Zotti;
- g) Vera Lucia de Araújo Santos de Souza.

LII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Nona Gema:**

- a) Danieli Bringmann D Alarme;
- b) Ivone Terezinha Rosch de Faria;

- c) Maria Helena Arenhardt;
- d) Valdinei José Arboleya.

LIII – no Centro Municipal de Educação Infantil  
**Dalva Nogueira:**

- a) Cleonice Augusta da Silva;
- b) Liliane Aparecida Gregório da Silva Beloto;
- c) Maria Sonia da Silva de Oliveira;
- d) Rosemar Rech Schenkel;
- e) Vera Lucia Ferrari.

LIV – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Diva Bordim Fontana:**

- a) Aparecida Trindade Machado;
- b) Gizela Ramos dos Santos;
- c) Helena Moreira Dias de Oliveira;
- d) Melita Winck Wilms.

LV – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Vó Tharcila:**

- a) Claudia Maria Steffens Marafon;
- b) Fernanda Maria Soprani;
- c) Marisa Rosane Feistler Wochnicki;
- d) Vera Rodrigues Carneiro.

LVI – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Pingo de Gente:**

- a) Ivete Ceoloto;
- b) Giselli Joice Kunzler Makus;
- c) Noeli Aparecida de Almeida Ebling.

LVII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Angela Neolete Wessel:**

- a) Eni Teresinha Alves da Hora;
- b) Lilia Lacerda Alves;
- c) Loreci Lucia Herkert Beal;
- d) Maria Aparecida Barbosa Kleinubing;
- e) Terezinha Aparecida Raulino Priester.

LVIII – no Centro Municipal de Educação Infantil

### **Rita Luciane Francescon:**

- a) Elzida Aparecida Ribeiro Machado;
- b) Sidneia Ferreira dos Passos;
- c) Sueli Rodrigues Barreto.

LIX – na Secretaria do Meio Ambiente:

- a) Celci Beatriz Back;
- b) Karin Marina Rauber Kliemann;
- c) Valdecir Rodrigues Galvão;
- d) Vilson Andre da Silva.

LX – no Almoarifado da Secretaria de

### **Assistência Social:**

- a) Adriana Moraes;
- b) Astor Pedro Christ;
- c) Claudici Marcos Rodrigues da Silva;
- d) Daniel Ricardo Jochims;
- e) Elaine Nara Martelo Ferreira;
- f) Elizabeth Timm Balcewicz;
- g) José Noronhia Rodrigues;
- h) Marília Borges;
- i) Odete Filber Ravache;
- j) Santina Leonelia Ansolin Campos.

LXI – na Caixa de Assistência dos Servidores

### **Municipais de Toledo (CAST):**

- a) Bernardete Schuh Mariano da Silva;
- b) Edilza Gomes Coutinho Roberto;
- c) Eli Teresinha Perondi;

LXII – no Fundo de Reequipamento do Corpo de

### **Bombeiros (FUNREBOM):**

- a) Eliseu Fernandes Apolinário;



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 20

- b) Jorge Thiel;
- c) Sadi Rupolo.

### **LXIII – no Fundo Municipal de Trânsito/ Secretaria de Segurança e Trânsito:**

- a) Artur Pedro Elger Filho;
- b) Clara Veronica dos Santos;
- c) Ederson Braz Pinto;
- d) Sidney Fernando Kuhn;
- e) Wilson Collado Peres.

### **LXIV – no Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Toledo (FAPES):**

- a) Loreni Irene Peiter;
- b) Marcio Munchen;
- c) Marisa Ramos dos Santos Cardoso;
- d) Roseli Fabris Dalla Costa.

### **LXV – na Secretaria da Saúde:**

- a) Alex Sandro Pires;
- b) Denise Liell Schmitt;
- c) Lari Klagenboech;
- d) Luiz Carlos de Oliveira;
- e) Neiva Helena Bordignon Fernandes;
- f) Nilto Daniel;
- g) Salete Balbinot.

### **LXVI – no Fundo Municipal de Saúde:**

- a) Adriane Monteiro Santana;
- b) Alice Lucrecia Santos;
- c) Amelia Hemkemeier Decezaró;
- d) Ana Maria Rezende;
- e) Angela Maria Zoletti;
- f) Arlete Juçara Refosco Tanure;
- g) Begair Salete Ruthes;
- h) Carla Elisabete Huppés de Souza;
- i) Cassandra Mara Portes;
- j) Cristina Aparecida Chagas;
- k) Edison Andre Bach;
- l) Edna de Melo Gonçalves;
- m) Elenir da Luz;
- n) Eliane Terezinha Groders;
- o) Eliani Maria Simon;
- p) Eliete Maria Hoscheid Alves;
- q) Emerson Ribeiro;
- r) Giliardi dos Santos Silva;
- s) Gilson Salvador;
- t) Ilda Benka da Silva;
- u) Ironice Alves de Mattos;
- v) Janice Weizenmann;
- w) Jean Carlos Broetto Besinella;
- x) Katiane Kaspary;
- y) Leila Terezinha Pletsch;
- z) Leonir Maria Stoffel Giacomini;
- aa) Liane Terezinha Dezanet Szatkowski;
- bb) Loana Rodrigues;
- cc) Lucenice Leite dos Santos;
- dd) Luiza Salete Benka Soares;
- ee) Maicon Ricardo Luchese;
- ff) Marcia Ines Mallmann Baptista;
- gg) Marcos Samuel Nogueira;
- hh) Maria Helena Angnes Magalhães;
- ii) Marilene Vendramini Mucciato;
- jj) Maristela Renate Kaefer Kliemann;
- kk) Nelci Marchetti Borgmann;
- ll) Neusa Arruda da Silva Cristino;
- mm) Neusa Barbosa;

- nn) Noeli Maria Reis Freire;
- oo) Odete Dal Maso Carraro;
- pp) Rejane Bordignon da Silva;
- qq) Renilda Simão de Oliveira Swistalski;
- rr) Rita da Rosa;
- ss) Rosmari Gatto Bordignon;
- tt) Rozeli Ribeiro Calvi;
- uu) Selídio José Schmitt;
- vv) Sermira da Rosa Albuquerque;
- ww) Sonia Maria Salvador Maria;
- xx) Sonia Teresinha Pessi;
- yy) Suzana Gema Colett;
- zz) Tais Augusta Pelanda Maciel;
- aaa) Tathane Kawabara;
- bbb) Valdenice dos Santos Souza;
- ccc) Veronica Epifanio de Almeida.

### **LXVII – no Núcleo Integrado de Saúde Dr. Jorge**

#### **Milton Nunes (Mini Hospital):**

- a) Cleide Vilela Rodrigues;
- b) Cleunice Adriane Franz Sarturi;
- c) Fatima Aparecida Serpelone de Almeida;
- d) Ieda Rosa Greselle;
- e) Ivanete Maria Pizzato;
- f) Juliana Motizuki da Cruz;
- g) Marlene Tibes de Barros;
- h) Paulo Renato da Silva Fagundes;
- i) Rafael Diel Weber;
- j) Rita Rodrigues Capella.

### **LXVIII – na Biblioteca Pública Municipal / Centro**

#### **e Vila Pioneira:**

- a) Carmem Luiza Carletto;
- b) Clair Teresinha Walterman;
- c) Cleonisse Feliciano da Silva Pizzato;
- d) Erminia Maria Gonçalves Machiavelli;
- e) Lucy Maria de Araújo da Silva;
- f) Mara Lucia Goettems Teodoro;
- g) Nancy Bragato Futagami.

### **LXIX – na Secretaria de Esportes:**

- a) Claus Fuchs;
- b) Ivanio Marcos Pioresan;
- c) Jean Ricardo Zeni;
- d) João Carlos Beloto;
- e) Mara Lucia Sartori;
- f) Mauro José Ansolin.

### **LXX – na Secretaria de Habitação e Urbanismo:**

- a) Adriano Luiz Loebens;
- b) Antonio Carlos de Camargo Monteiro;
- c) José Carlos de Jesus;
- d) Juvenal Roque;
- e) Mauricio Pozzolo Batista;
- f) Sebastião Nunes de Araújo Filho.

### **LXXI – na Secretaria da Cultura:**

- a) Alexandre Marcos Helfer;
- b) Iria Antonia da Silva Schwarzbold;
- c) Marco Aurelio Waschburger;
- d) Neusa Maria Federhen.

### **LXXII – na Secretaria de Indústria e Comércio:**

- a) Clecio Elias Ruaro;
- b) Ivanderlei Gilberto Engelmann;
- c) Mônica Eliane Siebeneichler.

### **LXXIII – na Secretaria de Recursos Humanos:**

- a) Hélio Luiz Finatto;
- b) Marlene Terezinha Benvenuto Nichele;



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 21

c) Noemia de Almeida.

§ 1º – As Comissões de que tratam os incisos do **caput** deste artigo deverão, ao receber os equipamentos e bens de consumo, examiná-los para verificar a quantidade, peso, medida, marca, qualidade e outras características pertinentes, de acordo com as exigências legais, do Edital e do Contrato, constantes da nota de empenho, observadas as normas da ABNT, quando for o caso, assim como as normas específicas a serem expedidas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º – As Notas Fiscais dos produtos recebidos pelas Comissões referidas nos incisos I, II, III, IV, LX e LXVII do **caput** deste artigo deverão ser assinadas por, pelo menos, três de seus membros, devidamente identificados e posteriormente, encaminhadas à Secretaria responsável pela respectiva aquisição.

§ 3º – As remessas efetuadas pelo Almoarifado Central para o Núcleo Integrado de Saúde Dr. Jorge Milton Nunes (Mini Hospital) deverão ter suas guias de transferências assinadas por, pelo menos, três de seus membros.

§ 4º – As remessas efetuadas pelo Almoarifado Central para as demais Unidades de Saúde deverão ter suas guias de transferências assinadas por, pelo menos, um de seus membros.

§ 5º – As remessas efetuadas pelo Almoarifado da Secretaria da Educação para as Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil deverão ter suas guias de transferências assinadas por, pelo menos, dois de seus membros.

§ 6º – Nas Escolas Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil, as Notas Fiscais dos produtos recebidos pelas Comissões deverão ser assinadas por, pelo menos, dois de seus membros.

§ 7º – Nos demais locais de recebimentos, as Notas Fiscais dos produtos recebidos pelas Comissões deverão ser assinadas, quando possível, por todos os membros.

§ 8º – Nas aquisições de equipamentos e mobiliários, a entrega e ou instalação será efetuada no local a que se destinem, constante do respectivo contrato, devendo neste caso a(s) nota(s) fiscal(is), conter a assinatura de pelo menos três membros da comissão, sendo que um dos membros deve ser servidor lotado no Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

§ 9º – Nas aquisições de bens perecíveis para entidades, através de convênio firmado pelo Município com os Governos Estadual e Federal, a entrega será efetuada na sede da entidade, e a(s) nota(s) fiscal(is), deverão conter, pelo menos, duas assinaturas, neste caso pelo responsável legal pela entidade e membro da comissão da secretaria em que ocorrerem as despesas.

§ 10 – Para a resolução de eventuais problemas, por ocasião da entrega de bens de consumo e equipamentos, fica designado o Diretor(a) do Departamento de Compras e

Material, que atuará como Presidente.

§ 11 – No Almoarifado Central a convocação de membros da comissão, para o recebimento de bens, é de competência do Coordenador, e nos demais almoarifados será do Secretário da área.

§ 12 – As Notas Fiscais dos produtos recebidos pelas Comissões deverão ser assinadas também pelo(a) Diretor(a) do Departamento e pelo(a) Secretário(a), da área que efetuou a compra, bem como acompanhar a aplicação/utilização do(s) bem(s) adquirido(s).

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 113, de 18 de fevereiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 137, de 9 de abril de 2010

Designa Comissão para atuar em procedimentos licitatórios relacionados ao Edital de Chamamento para construção de moradias populares referentes ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a alínea “c” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município e para fins do artigo 51 da Lei nº 8.666/93,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – Fica constituída Comissão para atuar em procedimentos licitatórios relacionados ao Edital de Chamamento para construção de moradias populares referentes ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, para o exercício de 2010, composta pelos seguintes membros:

- I – José Carlos de Jesus;
- II – Marina Maria Hirt Ruffo;
- III – Enio Brustolin;
- IV – Maurício Pozzolo Batista;
- V – Elói Luiz Pierozan;
- VI – Luis Carlos Fabris;
- VII – Gilberto Luiz Schizzi.

Parágrafo único – A Comissão de que trata esta Portaria será presidida por José Carlos de Jesus e, no seu impedimento, por Enio Brustolin.

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 22

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

**MOACIR NEODI VANZZO**  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 138**, de 9 de abril de 2010

Nomeia **Natieli Cristina Duarte** no cargo de Analista de Controle Interno I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea "a" do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, o inciso I do **caput** do artigo 12 da Lei nº 1.822/99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a classificação de Natieli Cristina Duarte no Concurso Público nº 01/2009,

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Fica nomeada **Natieli Cristina Duarte** no cargo de Analista de Controle Interno I, Grupo Ocupacional A-3, Padrão 09, Referência "A" da Tabela A-1 da Lei nº 1.821/99, a contar de 14 de abril de 2010.

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

**MARISA RAMOS DOS SANTOS CARDOSO**  
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

**PORTARIA Nº 139**, de 9 de abril de 2010

Nomeia **Juliano Rodrigo Maziero** no cargo de Técnico em Radiologia T24 I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea "a" do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, o inciso I do **caput** do artigo 12 da Lei nº 1.822/99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a classificação de Juliano Rodrigo Maziero no Concurso Público nº 02/2009,

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Fica nomeado **Juliano Rodrigo Maziero** no cargo de Técnico em Radiologia T24 I, Grupo Ocupacional B-5, Padrão 21, Referência "A" da Tabela A-5 da Lei nº 1.821/99, a contar de 14 de abril de 2010.

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 9 de abril de 2010.

**JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

**MARISA RAMOS DOS SANTOS CARDOSO**  
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

### **CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009 - CONVOCAÇÃO Nº 84**

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõem os artigos 12 e 13 do Decreto nº 265/2003 (Regulamento Geral de Concursos), as Leis nºs 1.821/1999 (Plano de Cargos e Vencimentos para os servidores públicos municipais) e 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações,

### CONVOCA

o seguinte aprovado no Concurso Público nº 01/2009:

#### **PARA O CARGO DE MÉDICO T4 – CLÍNICO GERAL:** ADOLFO MIYAHIRA

O aprovado ora convocado deverá comparecer à Secretaria de Recursos Humanos do Município de Toledo, no período de **13 a 19 de abril de 2010**, para declarar se aceita a vaga ofertada, devendo, neste caso:

I – apresentar os seguintes documentos:

- Comprovante da escolaridade/habilitação exigida para o cargo;
  - Declaração de acúmulo de cargos ou empregos;
  - Declaração de recebimento ou não de benefício previdenciário;
  - Declaração de Bens ou fotocópia da Declaração de Renda apresentada à Receita Federal;
  - Documentos pessoais.
- II – realizar os exames médicos a serem solicitados.

O não comparecimento do convocado no prazo acima previsto ou a não realização dos exames médicos até a data fixada importarão na respectiva perda da vaga e na sua consideração como desistente.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 12 de abril de 2010.

**MARISA RAMOS DOS SANTOS CARDOSO**  
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

## ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Ano I

Toledo, 13 de abril de 2010

Edição nº 005

Página 23

### Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo

Lei nº 2.022, de 16/03/2010

**José Carlos Schiavinato**

Prefeito Municipal

**Ramires Gaspar**

Secretário de Comunicação

Rua Raimundo Leonardi, 1586

CEP 85900-110

Fone: (45) 3055-8800

Toledo - PR

Email: [orgaooficial@toledo.pr.gov.br](mailto:orgaooficial@toledo.pr.gov.br)

Site: [www.toledo.pr.gov.br](http://www.toledo.pr.gov.br)

Edição, publicação e assinatura digital do  
sítio eletrônico do município.

### Secretaria Municipal de Comunicação

#### Certificação Digital ICP-BRASIL

A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificação Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições. Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades credenciadas junto à ICP-BRASIL.

Com o uso de Certificados Digitais é possível anexar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.